



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NA  
BUSCA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA  
QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**DANIELA SACHETTI MOZER**

**Constantina, RS, Brasil  
2011**

# **A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NA BUSCA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO**

**por**

**Daniela Sachetti Mozer**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientador: Elaine Maria Dias de Oliveira**

**Constantina, RS, Brasil**

**2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NA BUSCA DE UMA  
GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO**

elaborada por  
**Daniela Sachetti Mozer**

Como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Elaine Maria Dias de Oliveira Ms.**(URI/UFSM)  
(Presidente/Orientador)

**Leonardo Germano Krüger Ms.** (UFRGS)

**Ana Paula da Rosa Cristino Ms.** (UFSM)

Santa Maria, 17 de setembro de 2011.

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NA BUSCA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO**

AUTORA: DANIELA SACHETTI MOZER

ORIENTADORA: ELAINE MARIA DIAS DE OLIVEIRA

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 17 de setembro de 2011.

Este estudo objetivou analisar a importância do Conselho Escolar para a aquisição de uma gestão democrática do ensino das escolas municipais de Constantina/RS. A abordagem metodológica se pauta em uma pesquisa quali-quantitativa, quando são analisados elementos expostos pelos membros do Conselho Escolar de duas escolas, através de um questionário com questões abertas e fechadas, objetivando verificar como está a democratização, bem como a atuação do CE nas escolas pesquisadas. Sabe-se que o exercício da gestão democrática se dá pela participação coletiva nos diferentes segmentos da escola e é, então, através do CE que a diversidade se efetiva em parceria com a escola, pois é ele quem apoiará, fiscalizará e gerenciará todas as ações desenvolvidas por toda a comunidade escolar, possibilitando assim melhorias significativas na qualidade da educação. Constatou-se que as escolas estudadas encontram-se no caminho da democratização e que os Conselhos Escolares fazem-se presentes em ambas, porém com algumas carências. No entanto estão tentando a melhoria de uma efetiva participação, pois já compreenderam o quão importante é a função desse órgão essencial para que qualquer escola atinja a excelência em qualidade de ensino.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Gestão democrática. Conselho Escolar.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NA BUSCA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO**

(THE IMPORTANCE OF SCHOOL COUNCIL GET IN SEARCH A DEMOCRATIC  
NA QUALITY PUBLIC EDUCATION)

AUTORA: DANIELA SACHETTI MOZER  
ORIENTADORA: ELAINE MARIA DIAS DE OLIVEIRA  
Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 17 de setembro de 2011.

This study examines the importance of the School Board for the acquisition of a democratic management of education in municipal school of Constantina/RS. The methodological approach is guided in a qualitative and quantitative research, when exposed elements are analyzed by the School Council members from two schools, through a semi-structured questionnaire in order to verify how's democratization and the role of the EC in the schools surveyed. It is known that exercise democratic management is by collective participation in the different segments of the school and is, therefore, though the EC that diversity is realized in partnership with the school, it is he who will support, supervise and manage all shares developed by the entire school community, thus enabling significant improvements in quality of education. This research is divided into a literature review and research methodology and analysis, which indicated that the schools studied are in the path of democratization and the School Boards are made present in both, but with some shortcomings, but trying to improve a effective participation, because I realized how important the function of this organ is essential for any school to achieve excellence in teaching quality.

Key-words: School management. Education. Democratic management.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Retorno dos questionários Escola A x Escola B.....	36
Figura 2 – Como membro, você acha importante a função do Conselho Escolar na escola.....	38
Figura 3 – O conselho da escola tem normas de funcionamento conhecidas por todos os membros do conselho?.....	38.
Figura 4 – Os conselheiros recebem esclarecimentos para exercerem sua função?.....	39
Figura 5 – O Conselho Escolar tem a disposição informações sobre a escola para que possa tomar decisões necessárias?.....	41
Figura 6 – O Conselho Escolar se reúne periodicamente para decidir os assuntos de interesse da escola?.....	42
Figura 7 – Você costuma estar presente nas reuniões?.....	42
Figura 8 – A escola possui um Projeto Político-Pedagógico escrito em forma de documento?.....	43
Figura 9 – Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola?.....	44
Figura 10 – Você sabe a finalidade do Projeto Político-pedagógico de um escola?.....	45
Figura 11 – Você participou da elaboração do Projeto político-Pedagógico da escola?.....	46

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1.1 Objetivos</b> .....	11
1.1.1 Objetivo Geral .....	11
1.1.2 Objetivos Específicos .....	11
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
<b>2.1 Gestão Democrática</b> .....	12
<b>2.2 Participação Colegiada na Gestão Democrática</b> .....	16
<b>2.3 O Conselho Escolar na Garantia de uma Gestão Democrática</b> .....	19
2.3.1 Criação e Consolidação dos Conselhos Escolares .....	25
2.3.2 Escolha dos Membros dos Conselhos Escolares .....	26
2.3.3 Atribuições dos Conselhos Escolares.....	26
<b>2.4 O Conselho Escolar na Construção do Projeto Político Pedagógico.</b>	28
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	33
<b>3.1 Área de Abrangência</b> .....	33
<b>3.2 Caracterização do Campo de Pesquisa</b> .....	33
<b>3.3 Metodologia Adotada na Pesquisa</b> .....	34
3.3.1 Técnica para a Coleta de Dados .....	35
3.3.2 Técnica para a Análise dos Dados .....	35
<b>3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: análise dos dados</b> .....	36

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>--</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>53</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho monográfico vem, por meio de uma pesquisa de campo, realizar um estudo sobre a importância da democratização do ensino público, bem como, esclarecer qual é a efetiva participação do conselho escolar neste processo de democratização da educação, de forma a elucidar indagações e ampliar os conhecimentos referentes ao assunto.

A gestão democrática escolar ocorre na medida em que o gestor valoriza a participação de toda comunidade envolvida na escola, através de qualificação, formação continuada dos profissionais da escola, decisões coletivas estabelecendo relações íntegras que vêm ao encontro às exigências educacionais, percebendo a escola como ambiente político comprometido com a sociedade.

É importante destacar que o termo gestão escolar vem sendo utilizado na atualidade para expressar a administração da escola, agora dirigida de forma coletiva, participativa e integradora. Essa nova forma de comandar e organizar uma instituição de ensino visa à ação coletiva, promovendo o envolvimento e a discussão de forma autônoma entre todos os membros competentes. O que antes era trabalho exclusivo da direção, hoje é tarefa de toda a comunidade escolar. Permitir vez e voz a todos os envolvidos no processo de ensino de forma a oferecer condições para que a formação integral do homem se dê de modo democrático e participativo é obrigação e exigido por lei.

Dessa forma, reforça-se a necessidade, cada vez maior, dos envolvidos, principalmente no conselho escolar, serem os mediadores, influenciadores competentes que, com autonomia e divisão de poder, organizem o trabalho



pedagógico. Essa organização se dá através da constituição de um Projeto Político Pedagógico, visando a identidade escolar, garantindo a formação dos docentes, planejando o que se pretende fazer, realizar, buscar, para assim obter-se um ensino democrático de qualidade.

A ideia de colegiado como característica essencial de órgãos como o Conselho Escolar, é que garante a participação sistemática e organizada de todos os segmentos da comunidade interna e externa da escola, na definição de seus caminhos, em busca da excelência no ensino. E, é essa participação que compartilha direitos e deveres, que torna uma gestão escolar verdadeiramente democrática com o eixo central na aprendizagem do aluno.

Tendo por tema gerador a gestão escolar democrática e integradora para se obter o sucesso escolar, dar-se-á por meio de pesquisas a investigação a aplicação da democracia na gestão escolar do município, bem como se examinará a prática político-pedagógica do conselho escolar como garantia de trabalho e qualificação do ensino.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Investigar a importância e o envolvimento do Conselho Escolar na construção de uma Gestão Democrática capaz de integrar toda a comunidade escolar e melhorar a qualidade do ensino público do município de Constantina.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

\_Descrever o que é conselho escolar, como ele é formado e qual é o seu papel na escola;

\_Examinar a prática político-pedagógica do conselho escolar como garantia da unidade de trabalho e qualificação do ensino público.

\_Refletir sobre a efetiva participação do Conselho Escolar na rede pública municipal de Constantina.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Gestão Democrática**

Abordar o tema gestão escolar numa perspectiva democrática é um desafio que, desde a década de 1980 (época da chamada cidadania política), vem sendo definida na realidade educacional brasileira como uma necessidade de buscar a participação coletiva na construção de uma escola moderna e progressista.

Com o fortalecimento dos movimentos sociais, e a luta pela redemocratização, depois do duro período do regime militar, se intensificou a demanda pela condução do Estado e suas políticas que, na área da educação envolviam a democratização da mesma, incluindo a gestão na escola. Desta forma ressurgiu da década de 30 o tema da participação e a questão da democratização dos instrumentos de gestão, abrangendo a descentralização administrativa e pedagógica, a gestão participativa da educação, instituição dos colegiados escolares, dentre outros aspectos. Tais demandas tiveram importante papel na elaboração da Constituição Federal de 1988, a qual trouxe à exposição a gestão democrática de ensino assegurada por lei, porém, sabe-se que a referida gestão é mutável e está em constante transformação e construção.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art.205, 1988)

Sobre o ponto de vista da Constituição Federal, a educação, então, passa a ser um direito do indivíduo, tendo a fundamental tarefa de contribuir para sua formação pessoal e para o desenvolvimento de atividade laboral, sendo dever do Estado garanti-la a todos. A igualdade de condições enfatizada pela Constituição Federal (art.206,1988), para o acesso e permanência na escola, a gratuidade do ensino público em todos os níveis, e o entendimento da educação como direito subjetivo, vem a exigir *novos modos de fazer e pensar a educação, novos espaços sociais de diálogo e manifestações de opiniões e reivindicações. Isso é exigido a fim de possibilitar uma formação política que contemple o novo modo de agir da comunidade escolar conforme a Lei de Diretrizes e Bases - L.D.B 9394/96 e demais legislações em vigor, que surgiram para reforçar as diretrizes instituídas pela Constituição Federal de 1988.*

[...] a gestão democrática da educação é hoje um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação da cidadania ( FERREIRA, 2000, P. 167).

Pelo conceito do dicionário Houaiss, democracia (demo+kratos) é um regime de governo em que o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos (povo) que, direta ou indiretamente, exercem seu papel na constituição de uma sociedade democrática. Já gestão, significa tomada de decisões, direção e organização, com o intuito de atingir objetivos traçados, impulsionar uma organização de modo a cumprir todas as suas responsabilidades. Deste modo, unindo-se democracia e gestão eis que surge um conceito que envolve tomada de decisões coletivas e dirigidas pelo gestor para se alcançar a plenitude de uma organização, seja ela qual for.

O conceito de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com suas partes e destas entre si, de modo a promover maior efetividade do conjunto. A gestão aparece, pois, como superação das limitações do conceito de administração, como resultado de uma mudança de paradigma, isto é, de visão de mundo e óptica com que se percebe e reage em relação a realidade (LÜCK, 2006, p.34).

O termo gestão escolar surgiu em decorrência às transformações sociais e políticas para a aquisição da democracia e, na área da educação, se caracteriza pela importância que dá a participação da comunidade escolar nas decisões, no andamento e na busca de resultados mais significativos, sendo então considerado ultrapassado o termo administração escolar.

Vale ressaltar que o termo gestão não surgiu somente como mero substituto do termo administração, mas sim, como um novo padrão, uma nova concepção de educação. Na antiga concepção, quem comandava ou determinava o caminho a seguir de acordo com os seus preceitos era o diretor, figura autoritária e representante do poder individual. Contudo, frente às transformações da sociedade, é claro que este tipo de liderança foi descartada, dando início ao novo método de condução da instituição de ensino, o qual prioriza a valorização do indivíduo e sua construção como ser social em transformação, ativo e ciente do contexto em que está inserido.

Considerando que a democracia é o terreno em que tanto pode representar interesses e ideologias diversas em luta pelo poder, como também, pode ser representativa de um objetivo geral comum no conjunto das forças políticas, é que se busca tomar uma posição sobre a gestão democrática no atual contexto educacional. Isto nos leva a observar que, se por um lado, a democracia tem recebido um tratamento instrumental como consequência dos equívocos herdados da tradição conservadora que a condena a uma função meramente técnica, por outro, ela representa o espaço da construção coletiva, o que deve ser assegurado pelo Estado. A democracia escolar representa o foco para revolucionar a escola brasileira hoje, pois, como afirma Weffort (1994, p.109) “as revoluções são sempre fenômenos democráticos”

Estamos vivenciando o aparecimento de uma nova sociedade, marcada pela técnica, pela informação e pelo conhecimento. Diante desta sociedade devemos apostar numa escola que busque novas identidades, acreditando na mudança, na humanização e na solidariedade, resgatando assim a convicção de que podemos intervir coletivamente no processo de construção histórica da mesma. Segundo Libâneo (2003, p. 98) “uma escola de qualidade é aquela que inclui uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural e pedagógica”.

A gestão escolar, numa perspectiva democrática, tem características e exigências próprias. Para efetivá-la, devemos observar procedimentos que promovam o envolvimento, o comprometimento e a participação dos segmentos escolares na gestão democrática do ensino. O modo democrático de gestão abrange o exercício do poder, incluindo os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados. Assim, é necessária a participação da comunidade escolar local no governo da escola, descentralizando os processos de decisão e dividindo responsabilidades (LÜCK, 2000, p. 23).

De acordo com Luiz Fernandes Dourado (2000, p. 935), a educação é uma forma de se socializar cultura através da instituição social escola, de modo coletivo, com o objetivo principal de formar sujeitos, entendida como prática social, portanto, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas. A escola é uma instituição criada para atender às características da modernidade, constituindo-se, por isto, em uma das mais importantes instituições sociais num estado democrático, necessitando incorporar em sua estrutura e em sua prática pedagógica a educação para a participação, organizando-se de forma coletiva.

Conforme Weffort:

[..] a escola que se abre à participação dos cidadãos não educa apenas as crianças que estão na escola. A escola cria comunidade e ajuda a educar o cidadão que participa da escola, a escola passa a ser um agente institucional fundamental do processo da organização da sociedade civil (WEFFORT, 1994, p.99).

Dentre os desafios para a gestão democrática, destaca-se o fortalecimento das instituições coletivas de gestão educacional presente na escola e na sociedade, uma vez que andando juntas transformam-se na ponte para ligar a educação à democracia. A democracia foi introduzida nas relações que se estabelecem nesses dois meios, pois, segundo Oliveira:

Os órgãos de gestão colegiada da educação escolar reúnem, além dos que são próprios das escolas, como colegiados, associações ou conselhos escolares, os conselhos estaduais, municipais, os conselhos tutelares, dos direitos da criança e do adolescente, os conselhos de acompanhamento e supervisão dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e os conselhos de alimentação escolar. Existem também conselhos ou associações que congregam secretários de educação, diretores de escolas e docentes (OLIVEIRA, 1997, p. 12-13).

Deste modo, a gestão democrática tornou-se o objetivo das redes de ensino para que assim, se possa pensar na escola como instituição que venha a contribuir para a transformação social, conferindo autonomia e condições concretas para que se alcance objetivos educacionais articulados com toda a comunidade escolar.

## **2.2 Participação colegiada na gestão democrática**

A complexidade que define a sociedade contemporânea e as implicações que são geradas nas instituições sociais, em especial na escola, demonstra a necessidade de serem instituídas novas formas de organização do trabalho educativo, de encaminhamento dos processos decisórios nas escolas e, sobretudo, de garantia de formas alternativas e participativas no processo de gestão escolar.

Partindo do pressuposto dessa realidade, deve-se destacar o grande valor da participação colegiada na escola, ou seja, as diversas formas de presença de vários segmentos internos e externos à escola, nos processos decisórios do projeto pedagógico, mais pontualmente no que se refere ao princípio da colaboração.

Segundo Lück (2006), é papel da gestão educacional, com a coordenação das escolas, gerirem a dinâmica do sistema de ensino como um todo, garantindo alternativas de democratização de modo a dar mais valorização a busca pela ampliação do diálogo, e da participação. Sendo assim, através do colegiado, busca-se o efetivo processo político pelo qual as pessoas possam discutir deliberar e planejar, solucionar problemas, acompanhar, controlar, avaliar o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola e tendo como eixo central a aprendizagem do aluno. Esse processo tem como suporte a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, bem como o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações da escola.

A autonomia da escola não é a autonomia dos professores, ou a autonomia dos pais, ou a autonomia dos gestores. A autonomia, neste caso, é o resultado do equilíbrio de forças, numa determinada escola, entre diferentes detentores de influência (externa e interna), dos quais se destacam: o governo e os seus representantes, os professores, os alunos, os pais e outros membros da sociedade local ( BAROSO, 2003, p. 186).

Pode-se, então, entender que a gestão democrática não é só responsabilidade ou dever do diretor da escola, uma vez que deve ser discutida, compreendida e exercida pelos professores, alunos, funcionários, pais, mães, gestores, associações e organizações que fazem parte daquela comunidade.

Dessa maneira, a LDB n. 9.394/96 (BRASIL, 1996), contempla a gestão democrática explicitando que:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
[...]

VIII- gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino. [...]

Artigo 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola

II- participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; [...]

Art. 15- Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público.( LDB n. 9.394/96 BRASIL, 1996).

Em concordância com a LDB, Paro (1997) afirma que a necessidade de a escola organizar-se de maneira democrática é pela busca de objetivos transformadores, articulados aos interesses das camadas trabalhadoras. Segundo ele, falar em gestão democrática da escola é explicitar a participação da população em tal processo, de forma colegiada ou não, pois, se a unidade escolar não incluir a comunidade, estará correndo o risco de, conforme Paro (1997, p.16) “constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender aos interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária.”

As escolas públicas estão organizadas em redes e sistemas municipais e estaduais de ensino. Neste âmbito, há instrumentos organizados para garantir a democratização da gestão: Conferência da Educação, Conselho Municipal da Educação, Eleições de dirigentes, Orçamento Participativo, etc. Porém, há

instituições primordiais que agem diretamente na escola e que servem para garantir a democracia. São elas:

\_ Conselho Escolar: é a instituição que coordena a gestão escolar. É o responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola, tanto no campo pedagógico como administrativo e financeiro. Dele fazem parte representantes da escola e da comunidade, diretamente eleitos.

\_ Conferência Local da Comunidade Escolar: os membros dessa comunidade (professores, pais, funcionários, alunos, dirigentes, comunidade) se reúnem uma vez por ano para debater e estabelecer os principais eixos de atuação da escola.

\_ Eleições dos Dirigentes: fundamentais para o processo de renovação dos dirigentes da instituição de ensino, garantindo assim, a descentralização do “poder”, bem como, a rotatividade de idéias e perspectivas.

\_ Associação de Pais: essa instituição objetiva servir de ponto básico para a organização das famílias e dos alunos no âmbito escolar, sendo, através dela, representada este importante segmento da gestão democrática.

\_ Grêmio Estudantil: esta entidade é representada e organizada pelos alunos em serviço da ampliação da democracia na escola, através das suas funções e independência de funcionamento.

Estas instituições auxiliam de maneira importante a ampliação da democracia nos processos de gestão e organização escolar onde a participação e a tomada de decisões compartilhada, seguida de ações colaborativas, em que, em equipe assumem responsabilidades conjuntas pela busca de objetivos elevados transformando-se em novas competências para o enfrentamento dos desafios educacionais.

Desta forma, Lück (2008) relata que as conjeturas que regem este estilo de liderança são os de que as pessoas fazem a diferença por estarem organizadas em um trabalho conjunto de modo a garantir a promoção de resultados organizacionais. Não importa as condições socioculturais ou econômicas, as pessoas envolvidas no processo assumem responsabilidades e se tornam diligentes pela realização dos objetivos organizacionais propostos.

Pelo estilo democrático, procura-se criar um ambiente em que as pessoas se sintam à vontade para expressar suas idéias e visões, experimentar novas ações e criar novos projetos. As pessoas, em todos os ambientes de



atuação, são encorajadas e apoiadas a expressar-se acerca de suas idéias e opiniões sobre o trabalho escolar e a tomar iniciativas correspondentes. Nesse ambiente, os líderes atuam atentos a essas expressões para identificar aquelas que necessitam de maior apoio ou de mais orientação, assim como procuram identificar os naturais sinais e oportunidades de ameaças e distrações que ocorrem durante o processo da realização dos objetivos educacionais da escola (LÜCK, 2008, p. 79).

Portanto, este estilo de gestão é caracterizado pelo fortalecimento da escola como um todo, de tal modo que, diante de uma eventual saída do gestor, não ocorrerá um vácuo que levaria a prejudicar o sistema ou um retrocesso na escola, sendo assim entendido que a escola tem sua eficácia garantida por um trabalho em equipe, tendo um coordenador, mas também e principalmente o envolvimento de todos a fim de definir planos e metas para garantir a unidade qualitativa da educação.

Em fim, não basta apenas que se cumpra a lei instituindo nas escolas um órgão colegiado, é preciso que ele efetivamente funcione como um espaço democrático de busca de transformações no cotidiano escolar, com o objetivo de construir uma sociedade igualitária, justa e oferecedora de oportunidade para todos.

### **2.3 O Conselho Escolar na garantia de uma gestão democrática**

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”. (Paulo Freire, apud Revista Gestão em Rede, p. 28, 2007)

Segundo o dicionário Houaiss, a palavra conselho vem do latim Consilium. Por sua vez, consilium provém do verbo consulo/ consulere, significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma determinação de alguém, após uma avaliação refletida, prudente e de bom-senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados demandam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido. Obviamente a recíproca audição se compõe com o ver e ser visto e, assim sendo, quando um Conselho ajuda a nortear os rumos de uma sociedade, o próprio verbo consulere já contém um

princípio de publicidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004 *apud* CURY, 1998, p. 47).

Assim sendo, pode-se dizer então que um conselho nada mais é que uma assembléia de pessoas, de natureza pública, para aconselhar, dar parecer, deliberar sobre questões de interesse público, em sentido amplo ou restrito e de bem comum, constituindo formas de deliberação coletiva, representando a pluralidade das vozes do grupo social, inicialmente por meio de encontros e assembléias e mais adiante, por normas escritas sobre os assuntos por ele tratado.

Segundo o Ministério da Educação (2004, p. 14), a origem e a natureza dos conselhos é muito variada, uma vez que as instituições sociais, em geral, decorrem de uma longa construção histórica. “A origem dos conselhos se perde no tempo e se confunde com a história da política e da democracia” (Ministério da Educação, 2004 p. 16). Estima-se que, pelos registros históricos, já existiam entre o povo Hebreu, há quase três mil anos, conselhos como forma primitiva de gestão dos grupos sociais. Também “a Bíblia registra que a prudência aconselhara Moisés a reunir 70 anciãos ou sábios para ajudá-lo no governo de seu povo, dando origem ao Sinédrio, o Conselho de Anciãos do povo hebreu.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p.16).

As origens remotas dos conselhos revelam que, desde os seus primórdios, tinham a função de solucionar conflitos crescentes, resultantes da vida grupal em ascensão. Desde aqueles tempos, já se percebia a necessidade de resolução de problemas não cabia mais a uma autoridade superior, mas sim, na tomada de decisões e planejamentos, através de mecanismos públicos e comunitários.

São muitas as formas de organização e as funções atribuídas aos conselhos, mas sua origem se remete sempre no desejo de participação, na formulação e na gestão das políticas públicas. Caracterizados simples e essencialmente como conselhos da cidadania, sociais ou populares, nascem das categorias associadas de pertencimento e participação, e se tornam a expressão de uma nova institucionalidade cidadã, sujeitos portadores de poder e de direitos relativos à comum qualidade de vida. Os conselhos representam hoje uma estratégia privilegiada de democratização das ações no espaço em atuam.

[...] a participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão desses aspectos pela alienação de comportamentos individualistas, pela construção de

espírito de equipe, visando a efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos. (LÜCK 2008, p. 30)

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em janeiro de 2001, dá garantias de uma gestão democrática para as escolas, dispondo, em uma de suas metas, a criação de conselhos escolares nos estabelecimentos oficiais que oferecem educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Esse conjunto de leis estabelece as diretrizes e normas para a organização e gestão do sistema educacional brasileiro e orienta as ações, programas e políticas (BRASIL, 2001).

O Ministério da Educação efetivou mediante a portaria n.2.896/2004 o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, com o objetivo de implantar e consolidar o desempenho dos conselhos escolares nas escolas públicas de todo o país. Suas metas:

- I – ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- II – apoiar a implantação e o fortalecimento de Conselhos Escolares;
- III – instituir políticas de indução para a implantação de Conselhos Escolares;
- IV – promover, em parceria com os sistemas de ensino, a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação à distância;
- V – estimular a integração entre os Conselhos Escolares;
- VI – apoiar os Conselhos Escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;
- VII – promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade da educação.

(Portaria Ministerial n.2.896/2004, art. 1º)

Com respectivos propósitos, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica, envolveu organismos e entidades nacionais e internacionais no processo de formulação e organização dessas políticas, formando um grupo de trabalho interinstitucional com o direcionamento de analisar e apresentar propostas que propiciassem o fortalecimento da gestão democrática e dos conselhos escolares nas escolas públicas da educação básica. São eles: o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed); a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); a Organização das Nações Unidas para a Infância (Unicef); a Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de

Ensino (CAFISE), Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino (DASE).

Definiu também, uma legislação educacional marcada pelos espaços parlamentares competentes, que beneficia a gestão democrática da escola básica e a existência de Conselhos Escolares atuantes e participativos. Destaca-se dentre essas legislações a Constituição de 1988, que em seu artigo 206, assumidos no art. 3º da Lei n. 9.394/96 da LDB, consta explicitamente, a garantia de uma gestão democrática do ensino público.

Deste modo, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares tem uma ampla abrangência quando envolve as secretarias de educação de estados e municípios na formação desses conselhos. Sua implementação, então conduzida pela SEB/MEC, em parceria com as secretarias de educação, foi marcada pela busca de coerência entre os objetivos delineados e as ações propostas, aspecto nem sempre levado em consideração em programas governamentais. Assim exposto, observa-se que, desde a sua formulação, que envolveu vários participantes, as ações desenvolvidas pelo Programa visavam responder às demandas históricas dos movimentos sociais e dos educadores, em prol de uma efetiva gestão democrática das escolas, em especial no tocante à concepção de gestão participativa (MEC, 2004).

Nas instituições educacionais, seguindo a tradição das universidades, o conselho tem um significado próprio, inerente à própria natureza da escola, ou seja, o Conselho Escolar se constitui pelas necessidades da escola, como seu instrumento de tomada de decisões.

O conselho escolar representa a própria escola, sendo a expressão e o veículo do poder da cidadania, da comunidade a quem a escola efetivamente pertence. Os conselhos escolares na educação básica, concebidos pela LDB como uma das estratégias de gestão democrática da escola pública, tem como desígnio o exercício de poder pela participação das comunidades escolar e local. (BRASIL, 1996). Sua atribuição é deliberar, nos casos de sua competência, e aconselhar os dirigentes, no que julgar prudente, sobre as ações a cultivar e os meios a utilizar para o alcance dos fins da escola. O conselho existe para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito.

Os conselhos, não são referidos pelos dirigentes (governo), mas sim, aos dirigentes em nome da sociedade. Por isto, para poder falar aos diretores e gestores

em nome da comunidade escolar e local, desde os diferentes pontos de vista, “a composição dos conselhos precisa representar a diversidade, a pluralidade dos clamores de sua comunidade” (BRASIL, 2004).

De acordo com o MEC, (2004, p.41), para que os Conselhos Escolares consigam desenvolver suas atividades, eles têm suas funções divididas da seguinte maneira:

- Deliberativas: relacionadas ao PPP e outros assuntos da escola, na participação e elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros e, decidem ainda, sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção da escola as ações a serem desenvolvidas.

- Consultivas: compete aos conselhos a tarefa de assessorar os diversos segmentos da escola, apresentando sugestões e/ou soluções, que poderão, ou não ser acatadas pelas direções das escolas;

- Fiscalizadoras: implica no acompanhamento e na execução de ações pedagógicas, administrativas ou financeiras, garantindo o cumprimento das normas das escolas e valorizando sempre o seu cotidiano.

- Mobilizadoras: neste âmbito, compete ao Conselho Escolar promover a participação de todos os segmentos representativos da escola e da comunidade escolar nas diversas atividades promovidas pela escola, para que assim, contribua efetivamente na democratização da educação.

Conforme diz o MEC, os conselhos escolares são constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola e, cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho e construir seu próprio estatuto com regras baseadas na sua realidade escolar, por esse motivo, tem papel decisório na democratização da educação e da escola (MEC, 2004).

Em segmento desses preceitos, quanto mais ativa for a participação dos membros do conselho escolar na vida da escola, maiores serão as chances de fortalecimento dos mecanismos de participação e decisão coletivas. Tão importante é a função do conselho escolar, que o torna decisório na escolha do diretor (a) da escola, pois se apresenta como um elemento aglutinador de forças dos diferentes segmentos que compõem as comunidades local e escolar. Essa participação pode se dar de modos diferentes como na organização do processo, no recebimento de

inscrições, na divulgação das propostas dos candidatos, na realização de debates e de outras atividades definidas pela comunidade escolar.

Dessa forma, o conselho escolar é a porta de entrada para a família ter o poder e o dever de se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos, pois, torna-se ele, o norteador e colaborador dos gestores escolares em suas funções, zelando pela manutenção da escola e monitorando as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Assim, a escola pública contribui para a democratização da sociedade, podendo ser considerada um local privilegiado para o exercício da democracia participativa, uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria (MEC, 2004).

Portanto, os conselhos escolares representam a comunidade escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática, bem como, contribuindo decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identifiquem e se unam em pró do enfrentamento dos desafios escolares que precisam de solução imediata e também dos graves problemas sociais vividos pela sociedade brasileira que são impossíveis de se resolverem do dia pra a noite, necessitando atenção e dedicação especial, tanto do povo que tem o dever de cobrar soluções e contribuir para que elas sejam postas em prática, como dos governantes que tem a obrigação de desenvolverem soluções para melhor a nossa educação e a nossa sociedade em geral (MEC, 2004).

É de fundamental importância ressaltar que por ser um órgão colegiado, os conselhos escolares só podem efetuar a tomada de decisões por meio da participação coletiva, sendo que, um membro, isoladamente, não tem o poder de decidir sobre qualquer assunto. Desde a escolha dos membros do conselho escolar é exercida a prática da democracia, uma vez que a seleção dos integrantes desses Conselhos deve observar as diretrizes dos sistemas de ensino, ou seja, democraticamente se decide qual o mandato dos conselheiros. A forma de escolha (dada quase exclusivamente por eleições, com voto único, não sendo possível votar mais de uma vez na mesma unidade escolar, garantir a proporcionalidade dos segmentos, assegurar a transparência do processo eleitoral, realizar debates e apresentar planos de trabalho), a existência de uma Comissão Eleitoral, a

convocação de assembleias gerais para deliberações, a existência de membros efetivos e suplentes são condições indispensáveis (MEC, 2004).

Feita a escolha, de forma democrática, dos membros do Conselho Escolar, a primeira função é a de elaborar o Regimento Interno do Conselho Escolar, que definirá o que o mesmo irá seguir desse momento em diante, como calendário de reuniões substituição de conselheiros, condições de participação de suplentes, processo de tomada de decisões indicações das funções do Conselho, etc. Depois disso iniciam-se as discussões a respeito do Projeto Político Pedagógico e das demais necessidades da escola.

Para isso, o conselho escolar deve se reunir com periodicidade convocando todos os segmentos para as tomadas de decisões, além de poder se convocar assembleias gerais com a participação de toda a comunidade escolar quando necessário. É importante salientar que ambas devem ser realizadas com a presença da maioria dos representantes, sendo todas as discussões votações e decisões registradas e atas, que serão lidas, aprovadas, assinadas e colocadas à disposição da comunidade escolar (MEC, 2004).

### 2.3.1 Criação e consolidação dos conselhos escolares

Por ser um órgão colegiado, o Conselho Escolar toma as decisões de modo coletivo, só existindo quando os membros estão reunidos, ou seja, ninguém tem autoridade especial fora do colegiado pelo simples fato de fazer parte dele.

Sabendo da importância do Conselho Escolar no andamento e nas decisões de tudo o que diz respeito ao dia-a-dia escolar, fica, então, a interrogação: de quem deverá partir a iniciativa para a criação ou efetivação do conselho escolar?

É tarefa do diretor da escola, ou de qualquer representante da comunidade escolar ou local ter a iniciativa de criação do Conselho Escolar, de forma a convocar todos os interessados e envolvidos para que seja organizada as eleições do colegiado.

Os envolvidos no processo decisório para a escolha dos componentes do CE devem estar cientes que se faz necessário a participação da direção da escola, dos

estudantes, dos pais ou responsáveis, dos professores, dos trabalhadores não docentes da escola e da comunidade.

O diretor da escola atua como um coordenador dos trabalhos do CE, sendo um articulador das ações dos segmentos para assim se fazer efetivo o PPP na construção do trabalho educativo. Ele poderá ainda ser o próprio presidente do CE, dependendo do que estiver estabelecido no Regimento Interno. Os membros efetivos serão, portanto, os representantes de cada segmento. (Revista Gestão em Rede, agosto 2007. N° 79)

### 2.3.2 Escolha dos Membros dos Conselhos Escolares

A escolha dos membros dos Conselhos Escolares dever-se-á basear na participação efetiva, ou seja, o que deve ser exigido dos membros é a representatividade, a disponibilidade e o compromisso, tendo o tino para ouvir e dialogar, assumindo a responsabilidade de acatar as decisões coletivas, sem se omitir na hora de opinar, levantar propostas e fazer questionamentos, pois os conselhos escolares são, acima de qualquer instância, um espaço de participação e, portanto, de exercício de liberdade.

O processo de seleção dos integrantes do Conselho Escolar deve ser regido por alguns aspectos que se fazem essenciais para o bom andamento das atividades do grupo para com a escola. Entre eles destaca-se: mandato dos conselheiros, forma de escolha (eleições, indicações, etc.), existência de uma Comissão Eleitoral, existência de membros efetivos e suplentes, registro, em ata, dos encontros e decisões tomadas pelo grupo, convocação de assembleias-gerais para deliberações. (Revista Gestão em Rede, agosto, 2007. N.º 79)

### 2.3.3 Atribuições dos Conselhos Escolares

Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no campo da escola.

É tarefa dos conselhos também analisar as ações a programar e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Os membros do conselho são



eleitos para representar a comunidade escolar e local, trabalhando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade.

Deste modo, o Conselho Escolar representa, dentro da escola, um grupo de participação e de decisão, um espaço para se discutir, negociar e encaminhar as demandas educacionais, possibilitando, desta forma, a participação social e, mais importante, promovendo a gestão democrática. Podem ser então considerados, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa cidadã.

A primeira atribuição do Conselho Escolar deverá ser a elaboração do Regimento Interno, que define ações importantes, como calendário de reuniões, substituição de conselheiros, condições de participação dos suplentes, processos de tomada de decisões, indicações das funções do Conselho, etc ( Revista Gestão em Rede, agosto, 2007. Nº 79).

Depois de tomada as providencias acima expostas, deve-se seguir para a elaboração, discussão e aprovação do Projeto Político Pedagógico da escola. Nas escolas em que já existem o PPP, é tarefa do Conselho Escolar avaliá-lo, sugerir alterações se achar necessário e implementá-lo.

Segundo o PNFC (MEC,2004), há ainda algumas atribuições fundamentais que cabem ao Conselho Escolar. São elas:

- Convocar essembléias-gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos;
- Garantir a participação das comunidades escolar e local na definição do projeto político-pedagógico da escola;
- Promover relações pedagógicas que favorecem o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura da comunidade local;
- Propor e coordenar alterações curriculares na escola, respeitada a legislação vigente a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo do tempo e dos espaços pedagógicos da escola;
- Propor e coordenar discussões junto aos segmentos e votar as alterações metodológicas, didáticas e administrativas da escola, respeitada a legislação vigente;
- Participar da elaboração do calendário escolar, no que compete a escola;

- Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outro) propondo, que quando necessário, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;

- Elaborar o plano de formação continuada dos conselheiros escolares, para ampliar a qualificação de sua atuação;

- Aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da escola, sobre a programação e a aplicação de recursos financeiros, promovendo alterações, se for o caso;

- Fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola;

- Promover relação de cooperação e intercambio com outros Conselhos Escolares;

Desta forma, de acordo com o PNFCE, o exercício dessas atribuições dadas aos Conselhos Escolares, é por si só, um aprendizado que faz parte do processo democrático de divisão de direitos e responsabilidades no processo de gestão escolar. Assim, considerando as normas do sistema de ensino e da legislação em vigor, bem como, a autonomia da escola, que é prevista na LDB e o seu empenho no processo de construção de um projeto político-pedagógico coerente com seus objetivos e prioridades. Isso tudo é definidos em função das verdadeiras demandas das comunidades escolar e local, sem deixar de lado o horizonte emancipado das atividades desenvolvidas nas escolas públicas (9mec, 2004).

## **2.4 O Conselho Escolar na Construção do Projeto Político Pedagógico**

Planejar é uma atividade tipicamente humana e que fazemos cotidianamente. Temos de certa forma, mania de planejar tudo em nossa vida com a perspectiva de que assim as coisas têm uma maior chance de dar certo e agimos corretamente quando tentamos decidir previamente e organizar nossas ações antevendo possibilidades, acontecimentos e oportunidades, bem como o sucesso na tarefa. Na atividade educacional não é diferente, os órgãos envolvidos também precisam de planejamento para tornar democrática e efetiva a prática educativa (MEC, 2004).

Na escola, o planejamento visa qualificar os trabalhos e socializar as idéias e projetos que tocarão as tarefas letivas facilitando a implementação de políticas

educacionais por meio de atividades técnicas, operacionais, pedagógicas e culturais. Este planejamento escolar se dá por intermédio de dois âmbitos: o do sistema educativo, (responsável pelas políticas de educação, leis, os pareceres, os PCNs, os fundos, etc.), e o da escola (responsável pelos planejamentos legais até aqueles internos, como o Regimento Escolar, Projeto Pedagógico, o currículo, os planos de curso, os planos de aula, etc.).

De acordo com Veiga (1995) o termo projeto, em seu sentido etimológico vem do latim *projectu*, que significa lançar para diante, fazer planos, ter intento ou designar algo. Assim sendo, quando se constrói os projetos da escola se está planejando aquilo que se tem direcionando para o que se quer, ou seja “é antever um futuro diferente do presente.”

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 1997,p.13).

Ainda de acordo com a autora, político e pedagógico se relacionam no momento em que ambos se articulam ao comprometimento sociopolítico com os interesses reais e coletivos de toda a população, firmando um compromisso com a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo, e definindo as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Entende-se, então, segundo Veiga (1997) o Projeto Político-Pedagógico como um dos meios de se garantir um bom planejamento escolar de modo mais democrático, sendo a maneira de se organizar o trabalho pedagógico dentro da escola. Precisa ser construído a partir das vivências, de forma a se garantir uma atividade cotidiana, unindo os interesses da comunidade com as práticas e idéias da escola, renovando-se conforme a necessidade de mudança e autonomia da instituição, visando sempre a qualidade de todo o processo educativo. Tendo um lado político, o Projeto Político-Pedagógico preocupa-se em criar uma escola de

gestão democrática, que vise garantir a acessibilidade e permanência escolar, garantindo também a valorização docente e a educação como assunto constante das pautas.

Assim, o PPP deve de fato, revelar a função da escola que é uma fonte institucional de socialização de saberes, com suas potencialidades, limitações e carências. Desta forma, conclui-se que projetar é planejar a longo prazo, de maneira racional, consciente e sistematizada proporcionando à escola se posicionar e se organizar como uma instituição educativa (Veiga, 1997).

Dentro do propósito básico da escola, que é a socialização de conhecimentos, destaca-se também como via de alcance, a prática pedagógica, ou seja, todo o pensar e agir em busca do conhecimento. A prática pedagógica diferencia-se da educativa no momento em que se destaca como uma ação científica sobre a práxis educativa, pois dá suporte a esta prática através de apoio teórico, intencional, implicando uma direção e beneficiando a relação entre sujeitos.

Por razões pedagógicas e técnico-administrativas, inerentes ao compromisso da escola com a educação e o ensino, são reforçados hoje a necessidade e o desafio de cada escola construir seu próprio projeto político-pedagógico e administrá-lo. Não se trata meramente de elaborar um documento, mas, fundamentalmente, de implantar um processo de ação-reflexão, ao mesmo tempo global e setorializado, que exige o esforço conjunto e a vontade política da comunidade escolar consciente da necessidade e da importância desse processo para a qualificação da escola, e da sua prática, e consciente, também, de que seus resultados não são imediatos ( VEIGA, 1997 p. 37).

A autora define, então, pedagógico como a prática relacionada ao modo como a comunidade escolar se organiza regularmente, na sua globalidade, interagindo com o cotidiano da escola para entender e produzir a educação que consiga abranger a todos e formar assim a pluralidade e democratização escolar. A gestão pedagógica possibilita principalmente aos professores, terem um bom embasamento teórico-metodológico, com orientações e sugestões na preparação das aulas, na revitalização social do trabalho e conseqüentemente na melhoria da prática de ensinar/aprender conhecimento de maneira limpa, clara e condizente a proposta da escola.

Portanto, as diretrizes que norteiam o trabalho pedagógico de uma escola, precisam ser constituídas de uma soma de processos interligados e indispensáveis

para atingirem o objetivo de transmitir conhecimento e formar sujeitos protagonistas. Além disso, visa também garantir a democratização e a qualificação da instituição, sempre buscando alternativas e soluções capazes de envolver a todos num processo educacional de qualidade.

Ainda seguindo os preceitos de Veiga (1997), o projeto político-pedagógico tem como principal meta a qualidade de todo o processo vivido na escola, sendo o seu norteador e tendo total ligação com a organização da sociedade, uma vez que a instituição de ensino é vista como estabelecimento social, inserida na sociedade capitalista e que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade. Desta forma, a escola deverá seguir em seu PPP alguns princípios que deverão norteá-la enquanto pública, democrática e gratuita:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e igualdade de oportunidades de modo qualitativo;

- Qualidade para todos, buscando ampliar a forma ou a técnica e a política, uma vez que a qualidade formal está relacionada com a qualidade política e esta depende da competência dos meios para sobressair metas qualitativas as quantitativas;

- Gestão democrática visando a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado a educação da escola pública;

- Liberdade e autonomia necessárias para a construção da vivência coletiva, interpessoal, na relação entre administradores, professores, funcionários, alunos e comunidade escolar e geral, que aí assumem sua parte de responsabilidade na construção do PPP;

- Valorização do magistério com a melhoria das condições de trabalho, remuneração, melhoria da qualidade da formação profissional, entre outros pontos fundamentais para proporcionar a esses trabalhadores condições de desenvolverem um bom trabalho e conseqüentemente contribuir para a qualificação do ensino público.

Tendo em vista que a gestão democrática exige a compreensão inerente aos problemas postos pela prática pedagógica, ela visa acabar com a distinção entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática, da estrutura de poder da escola mediante a socialização, critério este, que propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo, elimina a exploração, supera o opressão, ficando assim evidenciado que há na sua construção a efetiva participação do conselho escolar.

Assim, facilita entender que a gestão democrática não pode ser considerada um mero termo para ser dito a fim de maquiar a realidade, mas sim, deve ser vista como uma ampla participação dos representantes dos diversos seguimentos da escola na tomada de decisões e ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas. É neste contexto que entra a colaboração do conselho escolar na formulação do PPP.

O Conselho Escolar tem um papel fundamental no processo de democratização da educação e da escola. Ele constitui-se em um importante espaço nesse processo, uma vez que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade, com a tarefa de discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos.

O projeto político-pedagógico se for elaborado apenas por especialistas, certamente não conseguirá representar os anseios da comunidade escolar. Por isso, ele deve ser entendido como um processo que inclui a discussão sobre a comunidade local, as propriedades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da co-responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar. Esse processo deve ser coordenado e acompanhado pelos conselhos. ( MEC, 2004)

Pode-se afirmar que a escola e a comunidade são entidades relativamente complexas, cada qual dentro de sua especificidade, o que faz da construção do PPP necessitar de tempo e dedicação, pois não é uma tarefa que se faz com rapidez e facilidade. O incentivo do poder público e o comprometimento dos gestores educacionais nesse processo de construção é de fundamental importância, pois, para que o desenvolvimento do projeto político-pedagógico se de forma plena, exigirá espaço e tempo para a análise, discussão e reelaboração permanentes, assim

como um espaço institucional favorável, que assegure condições objetivas para a sua concretização.

É, então, tarefa básica dos Conselhos incentivarem a criação desse ambiente para garantir as condições que se fazem necessárias (professores e funcionários qualificados, infra-estrutura, clima mobilizador e incentivador para o progresso escolar, salários dignos) para o bom andamento das atividades escolares.

Contudo, o foco principal que deve se manter no momento da construção do Projeto Político-pedagógico está no aluno, uma vez que é ele o sujeito de todas as ações da escola, refletindo, cotidianamente, sobre a qualidade do trabalho que a escola está desenvolvendo ( MEC, 2004).

## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 Caracterização do Campo de Pesquisa: município investigado**

O município de Constantina localiza-se na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com informações cedidas pela prefeitura municipal, a sede do município foi aprovada em 1919, chamando-se então, Taquaruçu. A colonização Italiana e Alemã foi essencial para a evolução do município. O segundo nome que a cidade teve foi Benjamim Constant, o qual foi substituído anos mais tarde por, então, Constantina. Em 14 de abril de 1959 o município de Constantina se emancipa política e administrativamente (CONSTANTINA, 2010).

Conforme o último SENSO realizado pelo IBGE em 2009, o município tem uma população total de 9.741 habitantes, sendo que destes, 3.244 pertencem a zona rural e 6.497 pertencem a zona urbana. A área geográfica do município é de 203,00 km<sup>2</sup>. Seu índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,796, estando um pouco abaixo do IDH estadual que é 0,832. (IBGE, 2009).

Conforme dados do IBGE (2009), Constantina contava com 9 escolas de ensino fundamental, sendo três estaduais e 6 municipais, e uma escola estadual de ensino médio. Estavam distribuídos 1.335 alunos no ensino fundamental, sendo que 563 deles matriculados na rede estadual e 772 na rede municipal, e, 426 alunos matriculados no ensino médio, na rede estadual. Totalizavam no município 114 docentes para o ensino fundamental e 31 docentes para o ensino médio.

### **3.2 Procedimentos adotada na pesquisa e na análise dos dados**



Esta pesquisa foi desenvolvida em duas escolas municipais do município de Constantina – RS, sendo uma delas localizada no perímetro urbano e outra localizada na zona rural e ambas de ensino fundamental. A finalidade da pesquisa é analisar a importância e a participação do conselho escolar nas duas escolas, uma vez que apresentam características distintas, pois uma é a maior escola em estrutura e número de alunos e a única localizada na área urbana e a outra é a escola rural da comunidade mais afastada da área urbana, e trabalha com a educação do campo.

Através de uma abordagem mista, isto é, qualitativa/ quantitativa, utilizou-se o método descritivo, e, como procedimento pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve como finalidade a reflexão da gestão democrática e do conselho escolar na qualidade do processo educativo que se desenvolve dentro e fora da escola, por isso a importância da participação de toda a comunidade escolar para garantir a qualidade do ensino público. A pesquisa bibliográfica foi imprescindível para o embasamento teórico e a construção do trabalho, pois auxiliou quanto à realização de um histórico sobre o tema, bem como, encontrar respostas aos problemas formulados, levantar contradições e comparações com a pesquisa de campo. Conforme Marconi (2002, p. 71) a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas por alguma forma”.

Com relação à abordagem prática do problema, fez-se uso de pesquisa qualitativa, que Minayo (2001, p.21) argumenta “responde a questões muito particulares. As quais não podem ser quantificadas”, para responder a questões particulares bem como, fazer qualitativamente a coleta de dados. O método quantitativo foi abordado a fim de garantir a precisão com segurança dos resultados e dados obtidos, evitando distorções de análise e de interpretação. Por fim, o método descritivo utilizado para descrever as informações e resultados coletados, através da aplicação de questionário e observação sistemática e empírica. Pela pesquisa de campo, se conseguiu as informações acerca do problema a ser analisado.

### 3.2.1 Técnica para a Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada paralelamente nas duas escolas, sendo constituída de um questionário aplicado a todos os membros do Conselho Escolar. Primeiramente foi realizada uma visita aos diretores das escolas para a apresentação do projeto, explicitando os objetivos da pesquisa e a importância da participação dos sujeitos da mesma para a conclusão deste trabalho. Assim, foi feita a relação dos integrantes dos Conselhos Escolares de cada escola e, posteriormente, foi entregue o questionário (anexo1) para cada um: diretores, coordenador pedagógico, vice-diretores, professores, representantes dos pais, alunos, funcionários da escola.

### 3.3.2 Técnica de Análise dos Dados

Após os dados serem coletados, estes foram analisados e comparados, ou seja, foram sistematizadas as respostas dos membros dos Conselhos Escolares: pais, alunos, professores, funcionários, diretores. A proposta foi verificar qual é a participação do CE na escola, uma vez que é um órgão de suma importância e poder nas instituições de ensino.

Para finalizar, os dados coletados foram comparados com os referências teóricos que argumentam sobre a temática em estudo, havendo maior predominância sobre os dados que caracterizam as escolas quanto a importância do Conselho Escolar na gestão democrática e na qualidade de ensino.

## **4 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

### **4.1 Concepções dos Membros dos Conselhos Escolares Sobre a Importância do Mesmo na Busca de Uma Gestão Democrática e da Qualidade do Ensino Público no Município de Constantina-RS**

Como tratado até o presente momento, a gestão escolar democrática implica na participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões e melhoria do ensino público. A comunidade escolar tem como forma ativa de participação o Conselho Escolar, órgão pelo qual a democracia ganha vez e voz. Sendo assim, este capítulo traz os resultados obtidos através da pesquisa de campo realizada em duas escolas municipais, sendo uma rural e outra urbana, do município de Constantina – RS, baseada na proposta de trabalho abaixo descrita, bem como, sua análise de acordo com a bibliografias citadas.

Seguindo-se os objetivos traçados no projeto referente ao trabalho de pesquisa intitulado “A importância do Conselho Escolar na Busca de uma Gestão Democrática de Qualidade do Ensino Público”. Apresenta-se os resultados obtidos na pesquisa de campo, que teve como foco de pesquisa duas escolas municipais, sendo uma no perímetro urbano e a outra na zona rural do município de Constantina – RS.

Deve-se levar em consideração que a pesquisa realizada através da livre participação dos envolvidos preza pelo respeito à ética, por isso, não será mencionado o nome das escolas participantes, sendo elas classificadas como escola “A” e escola “B”. O nome dos entrevistados também não será revelado; os integrantes da pesquisa serão classificados de acordo com a função que ocupam dentro da comunidade escolar.

O questionário aplicado aos membros do CE era composto por 11 (onze) questões objetivas, com diversificadas opções de respostas e duas questões dissertativas para possibilitar aos entrevistados darem a própria opinião respeito do Conselho Escolar (Anexo 1).

O Conselho Escolar da Escola "A" é composto por 11 (onze) integrantes, sendo eles: a diretora (que esta afastada da escola em licença médica), a coordenadora pedagógica (que está afastada da escola e substituída por outra professora), 2 (dois) alunos (sendo que um deles já concluiu o ensino fundamental e trocou de escola), 2 (duas) funcionárias, 3 (três) pais, e 2 (duas) professoras ( sendo uma delas cumpria contrato temporário e não está mais na rede de ensino). Faz-se necessário ressaltar que na escola "A" a última eleição para a escolha do CE se deu em 2009. Na referida escola foram entregues 7 (sete) questionários: 3 (três) para pais, 1 (um) para professor, 2 (dois) para funcionários e 1(um) para aluno. Retornaram os 7 (sete) questionários, ou seja, 100 % dos entregues em todas as categorias.

O Conselho Escolar da escola "B" é composto por 12 (doze) integrantes e 4 (quatro) suplentes, sendo eles: a diretora da escola, a vice-diretora, 4 (quatro) professores, 2 (duas) funcionárias, 4 (quatro) alunos e 4 (quatro) pais. Na escola "B" a eleição do CE se deu no primeiro trimestre deste ano letivo. Foram entregues, na referida escola, 12 (doze) questionários: 2 (dois) para professores, com retorno de 100%, 1 (um) para funcionário, que não retornou o questionário, 3 (três) para pais, sendo que retornaram 2 (dois), ou seja, 66,6%, 4 (quatro) para alunos, com retorno de 100% e 2 (dois) para a equipe diretiva (diretor e vice-diretor), com retorno de 100%. Sendo assim, retornaram 10 (dez) questionários, os seja, 83,3%.

A comparação do retorno de questionários pode ser observada conforme a figura número 1.

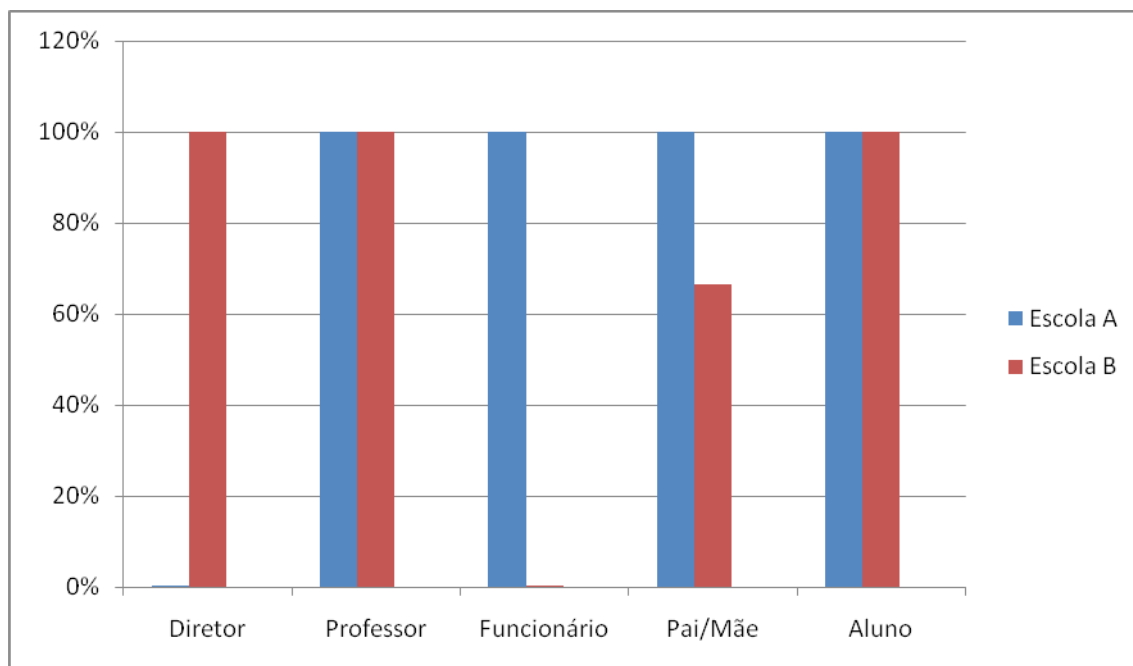


Figura 1- Retorno dos Questionários Escola A x Escola B

Analisando-se primeiramente os números da escola A, escola rural, percebe-se que, mesmo a equipe do Conselho Escolar estando defasada, e atrasada quanto uma nova eleição que se mostra necessária, demonstraram interesse e preocupação em responder ao questionário, colaborando com os resultados da pesquisa, uma vez que somente o diretor não respondeu ao questionário, pois está no cargo temporariamente, substituindo a diretora oficial, e não está a par da situação em que o CE se encontra. A escola B, escola urbana, tem um Conselho escolar recém formado, sendo composto por um número maior de integrantes do que o da escola A, mas, mesmo assim, menos sujeitos colaboraram com a pesquisa, na devolução do questionário. Contudo, o gráfico mostra que no geral teve-se uma participação significativa dos membros de ambas escolas, o que facilitou e agilizou o trabalho do pesquisador.

Ao iniciar a análise das respostas dos questionários, percebe-se algumas similaridades e também divergências entre as respostas, analisando as peculiaridades de escola para escola, indivíduo para indivíduo da pesquisa, como se observará a seguir.

Como poderá ser observado na figura 2, todos os integrantes de ambas as escolas acreditam ser importante a função do Conselho Escolar na garantia de uma educação pública de qualidade, na construção de uma gestão democrática, bem como, na garantia de uma participação efetiva da comunidade no âmbito escolar.

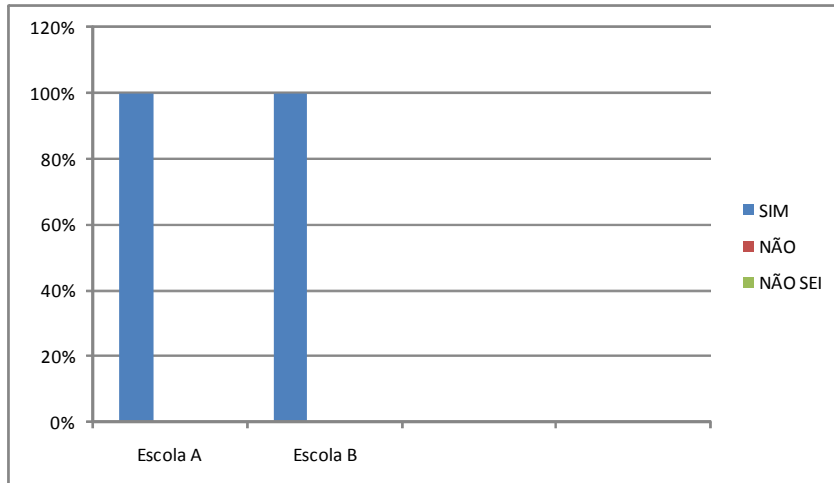


Figura 2- Importância do Conselho Escolar

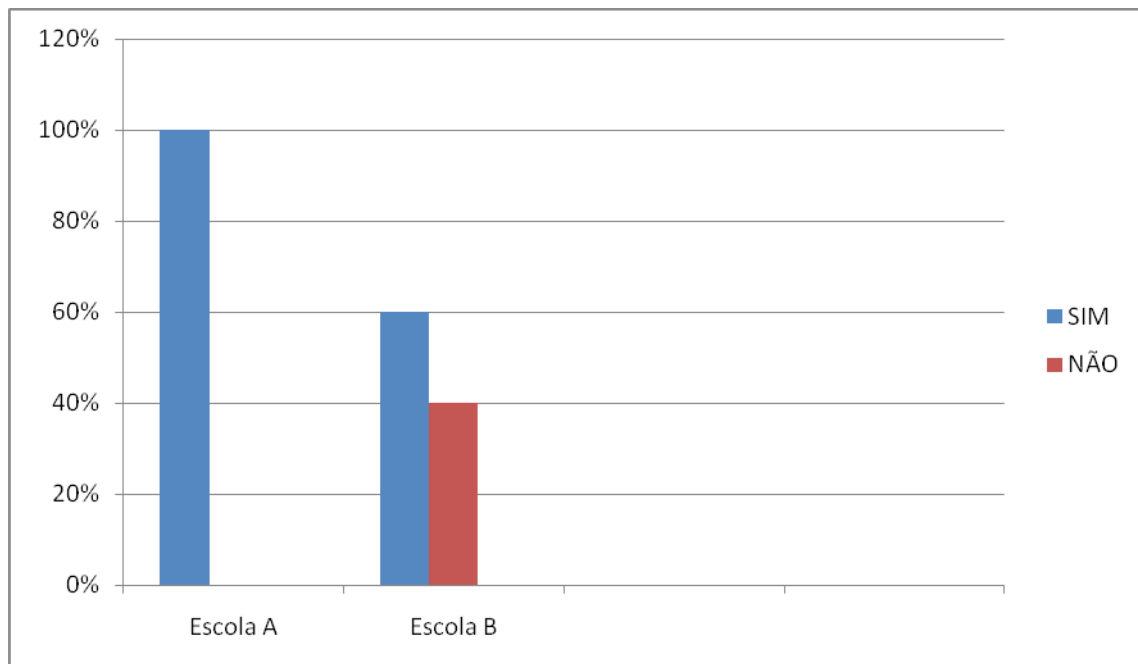


Figura 3 – Conhecimento das normas de funcionamento do Conselho Escolar

Observa-se na figura 3, que na escola A todos os membros do CE que responderam ao questionário concordaram que as normas de funcionamento do mesmo são conhecidas de todos, uma vez que está impresso na Lei Municipal N°.2.730/2010 que o Conselho Escolar fica instituído em todas as escolas da rede municipal de ensino, no município de Constantina – RS, sendo cumprida e respeitada pelos membros as normas legais de funcionamento então instituídas (Constantina, 2010).

Na escola B 40% dos membros responderam que as normas de funcionamento do CE não são conhecidas por todos os membros, demonstrando uma falta de sincronia entre eles, e um fator que chamou a atenção na análise da pergunta foi que todas as respostas negativas referentes a questão foram respondidas pelos alunos, membros do grupo.

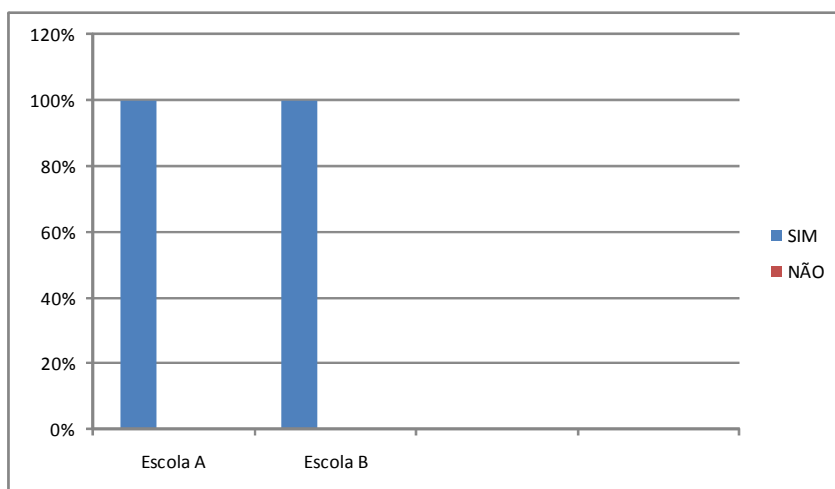


Figura 4 – Esclarecimento sobre a função dos Conselhos Escolares

Como podemos analisar na figura 4, posta acima, os números obtidos na escola A e na escola B são os mesmos, ou seja, 100% dos que responderam ao questionário concordam que receberam ou recebem esclarecimentos para

participarem e exercerem suas funções enquanto membros de um órgão tão importante e decisório no dia-a-dia escolar.

Comparando o índice da escola B com o índice da mesma na questão anterior (figura 3), observa-se uma contradição nas respostas, uma vez que 40% responderam não conhecerem, por completo, as normas de funcionamento do CE, mas, aqui, todos afirmam receberem esclarecimentos para exercerem suas funções dentro do grupo.

Com relação aos dados da figura 5, constatou-se que na escola B todos os membros têm a disposição informações gerais sobre a escola para que possam tomar as decisões necessárias levando em consideração o perfil da instituição, dos alunos, da comunidade na qual ela está inserida. Já na escola A, 14,3% não possuem informações necessárias sobre a escola, o que, com certeza, dificulta a atuação do membros “desinformados” e também do grande grupo, pois sabe-se que para haver uma participação efetiva e emancipadora do Conselho Escolar faz-se necessário o engajamento e envolvimento de todos, num mesmo nível.

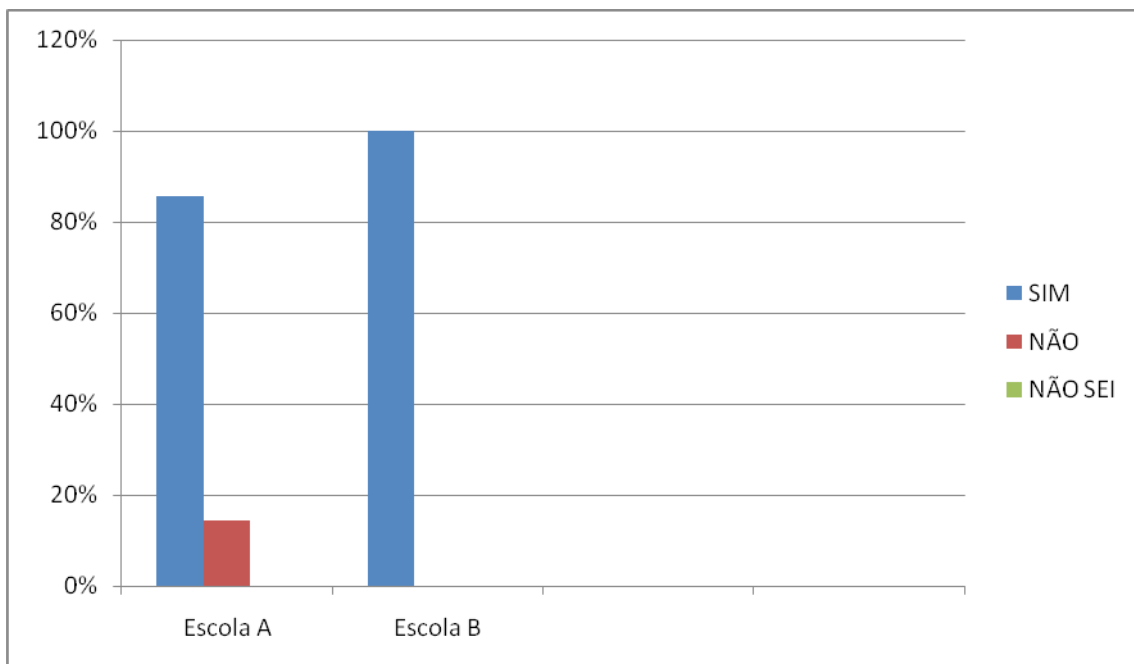


Figura 5 – Informações do Conselho Escolar sobre a Escola



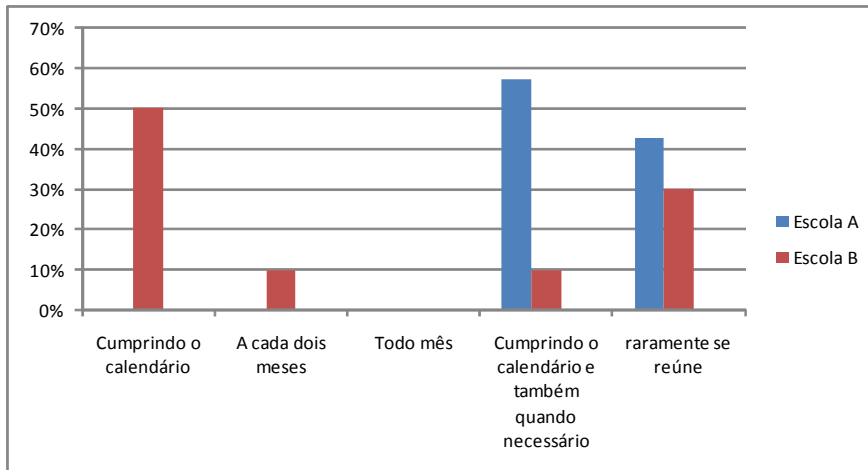


Figura 6 – Periodicidade e encontros do Conselho Escolar

Observando na figura 6, que expõe o resultados dos dados colhidos referente a pergunta descrita, podemos constatar que há certa controvérsia em relação as respostas dos membros dos Conselhos Escolares.

Na escola A 57% dos pesquisados responderam que as reuniões do Conselho Escolar se dão de modo a cumprir o calendário e também quando se faz necessário a convocação dos membros para cumprir alguma atividade cabível ao órgão. Levando em consideração este índice, torna-se deficitário o resultado, pois, em contraponto a este resultado, 43% responderam que o Conselho Escolar da escola em análise raramente se reúne o que nos deixa a margem para concluir que não esta cumprindo com o que se espera deste órgão tão importante para o bom andamento da escola e principalmente para a efetivação de uma gestão democrática, uma vez que se espera que ele seja atuante e participativo, pois é através dele que a comunidade escolar ganha vez, voz e poder decisório.

A mesma controvérsia se observa no índice da escola B, mas um agravante maior, pois ali a diversidade de alternativas escolhidas para a resposta foi maior, deixando transparecer dúvidas quanto à veracidade das afirmações. Assim observando, 10% dos membros afirmam que o CE tem encontros a cada dois meses, 50% dizem se encontrarem de modo a cumprir o calendário, 10% concorda que os encontros cumprem o calendário além de encontros extras quando são

necessários e 30% afirmam que raramente se reúnem. Toda esta imprecisão evidencia a falta de entrosamento do grupo, bem como, a incerteza da verdade.

De acordo com a Lei Municipal Nº. 2.730/2010. Art. 10º, o Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente a cada 2 (dois) meses e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou 1/3 dos seus membros em exercício. Se observado o índice das escolas, nota-se que nenhuma das duas está cumprindo a risca o que a Lei do município exige (Constantina, 2010).

Como colocado anteriormente, em ambas as escolas há um índice deficitário quando a efetividade das funções do Conselho Escolar e como pode ser observado na figura 7 não há em nenhuma escola a participação de todos os membros em todas as reuniões, pois, na escola A, 13% dos membros participam somente às vezes, índice que na escola B aumenta para 20%. Ainda na escola B 10% responderam nunca terem participado de reuniões do grupo o que contraria a Lei Municipal instituída e desvaloriza a importância que o CE tem dentro de uma instituição de ensino.

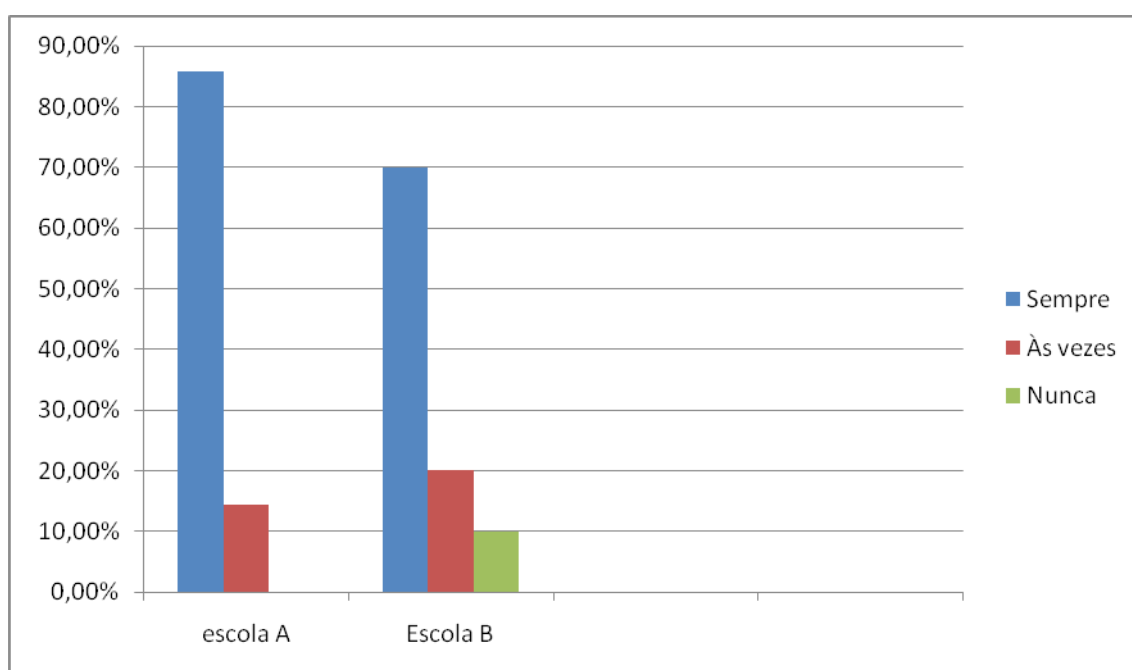


Figura 7 – Presenças dos Conselheiros em reuniões

Entende-se por Projeto Político-Pedagógico uma forma de se garantir um bom planejamento escolar de modo mais democrático, possibilitando a organização de todo o trabalho pedagógico dentro da escola, o qual precisa ser construído a

partir das vivências, ligando os interesses da comunidade com as práticas e idéias da escola, renovando-se conforme a necessidade de mudança e autonomia da instituição, visando sempre à qualidade de todo o processo educativo. Mesmo sendo tão importante para o bom rendimento da escola e necessitar da participação coletiva em sua construção, 29% dos membros do Conselho Escolar da escola A, e 20% dos membros do CE da escola B afirmam não saber que se a escola possui ou não possui um PPP escrito em forma de documento. Assim, pode-se concluir que, mesmo a maioria dos membros do CE de ambas as escolas estarem cientes da existência de um PPP na escola, o índice daqueles que não sabem da existência do PPP é considerável, uma vez que, se o CE for realmente ativo, todos os membros deveriam ter participado da elaboração do Projeto, pois será seguindo-o que a escola atenderá as necessidades educacionais de todos.

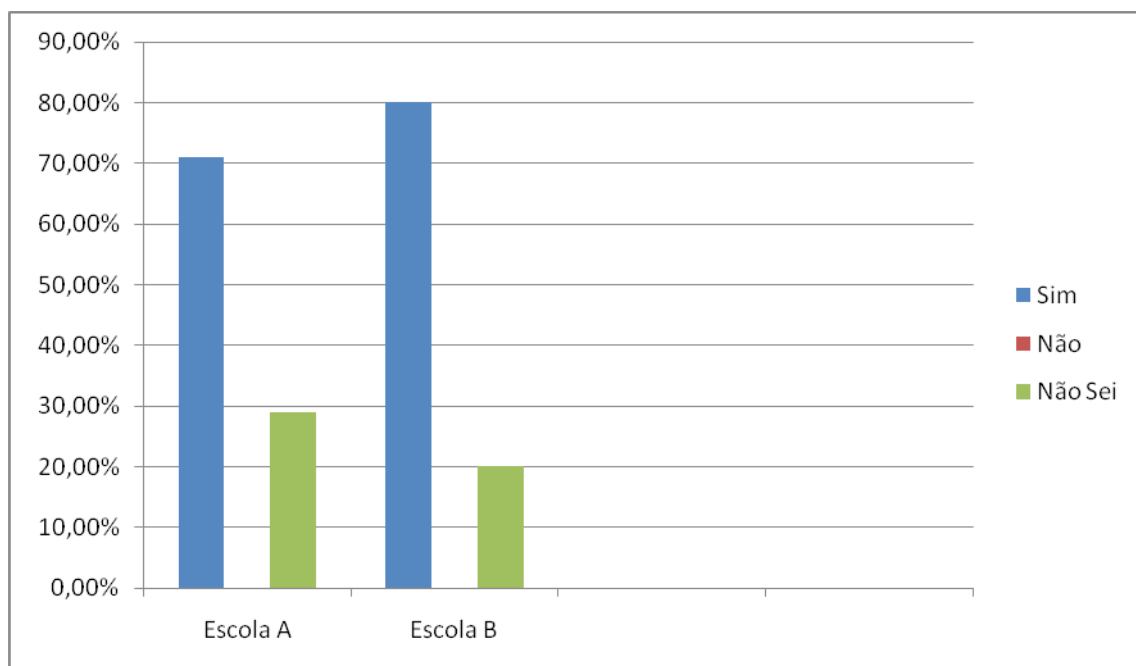


Figura 8 – Projeto Político-Pedagógico em forma de documento

Observa-se na figura 9 que os índices tanto da escola A, quanto da escola B, com relação ao número dos participantes da pesquisa que não conhecem o PPP da sua escola e com aqueles que parcialmente conhecem, é elevado, pois como dito na análise do gráfico anterior, o CE deve participar da elaboração do PPP da escola, pois ele deveria ser um órgão atuante dentro da escola para, além de outras funções, integrar a escola com a comunidade, a fim de ter um único objetivo: a

qualidade da educação. Em relação ao gráfico, observa-se que principalmente na escola A apenas 14% dos membros do CE conhecem o PPP da escola, o que evidencia a falta de integração do mesmo com a instituição de ensino, pois, suponha-se que se o Conselho Escolar fosse atuante, o índice de pessoas que conhecem o PPP da escola deveria ser unânime, ou seja, todos deveriam conhecê-lo, pois teriam participado da sua elaboração.

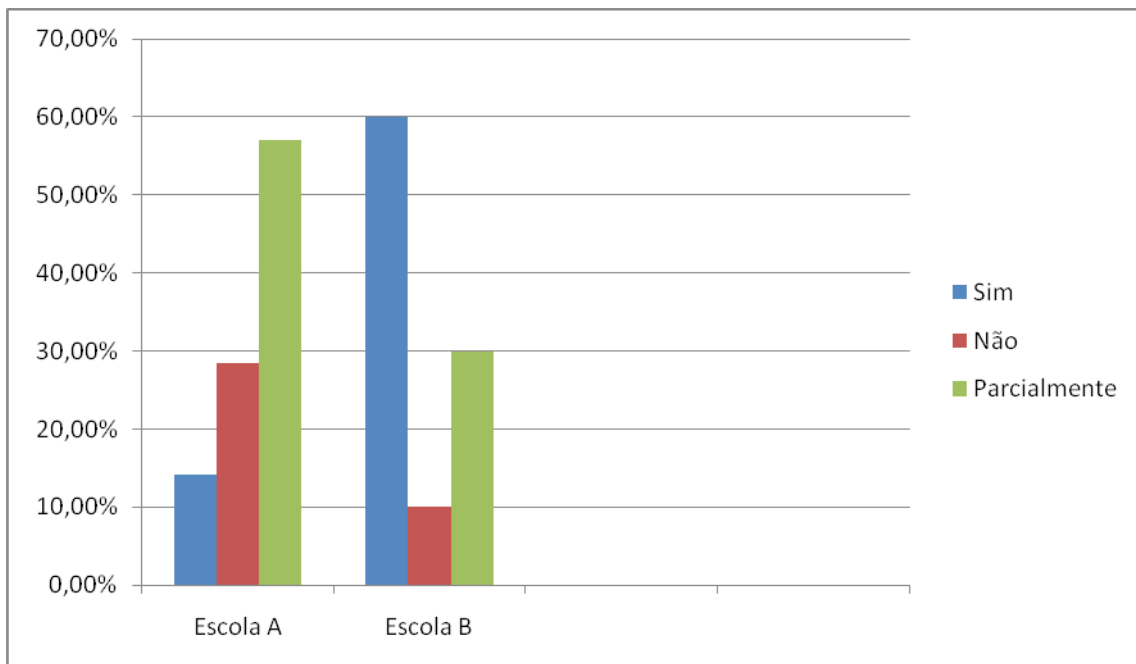


Figura 9 – Conhecimento sobre o PPP da Escola

Comparando os resultados da figura 10, exposta abaixo, com a figura 9, observa-se que os índices continuam preocupantes, uma vez que, principalmente na escola A, 42% sabem parcialmente a função do PPP em uma escola, e, o que mais preocupa é que 29% não sabem qual é a importância de um PPP na escola. Isso mostra que a escola está deficitária no que diz respeito a participação coletiva, a união de forças para a busca de objetivos em comum. Na escola B, observa-se que os resultados também não são animadores, porém, lá, 70% dos integrantes do CE sabem da finalidade do PPP, demonstrando um entrosamento maior com a escola.

Sabe-se que é de fundamental importância que os membros do Conselho Escolar conheçam o Projeto Político-Pedagógico da escola, e mais, que participem da sua elaboração, pois será através dele que se ministrará todas as atividades

desenvolvidas na escola, bem como, é a partir dele que se norteará a busca pela qualidade do ensino de todos os âmbitos e setores da instituição.

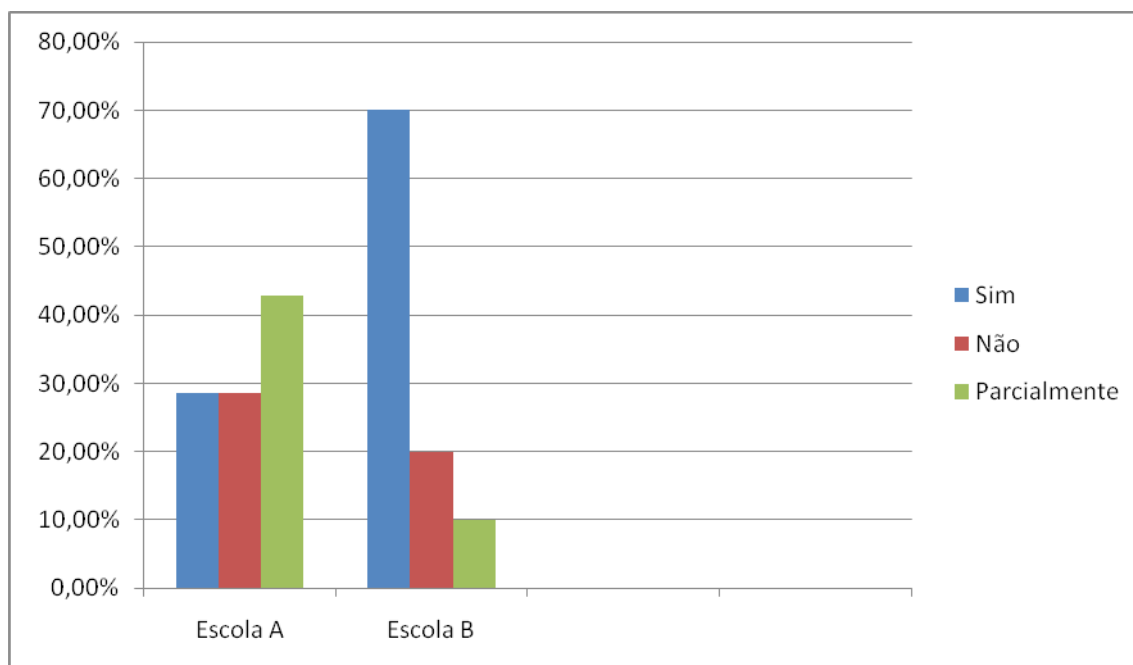


Figura 10 – Finalidade do PPP na escola

Como se poderá perceber na figura 11, fica evidente que em ambas as escolas a participação do Conselho Escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico é mínima, sendo mais efetiva entre aqueles que também fazem parte da direção da escola. Na escola B 80 % não participaram da construção do PPP, 10% participaram parcialmente e 10% tiveram efetiva participação. Na escola A 58% participaram parcialmente, 29% não participaram e 13% participaram efetivamente da elaboração do PPP. Os resultados acima nos dão a entender que as escolas não levam em consideração a participação coletiva, a democracia na hora de decidir o que será melhor para os alunos, para a aprendizagem, pois, do contrário, os resultados teriam sido diferentes, com uma maior elevação nos índices que dizem respeito ao envolvimento do CE nas decisões e construção da escola, uma vez que é através dele que a pluralidade escolar estará representada. Assim sendo, se o CE não for atuante, dificilmente se conseguira unir todos os âmbitos da sociedade e da escola em prol da qualidade de ensino, pois criado para unificar escola e comunidade, o CE deveria estar cumprindo o seu papel, e não sendo apenas fictício,, existindo somente em ata para se cumprir as exigências da Secretaria de

Educação. Sua finalidade é de fundamental importância e não deveria ser ignorada pelas escolas que tanto buscam democratizar a educação.

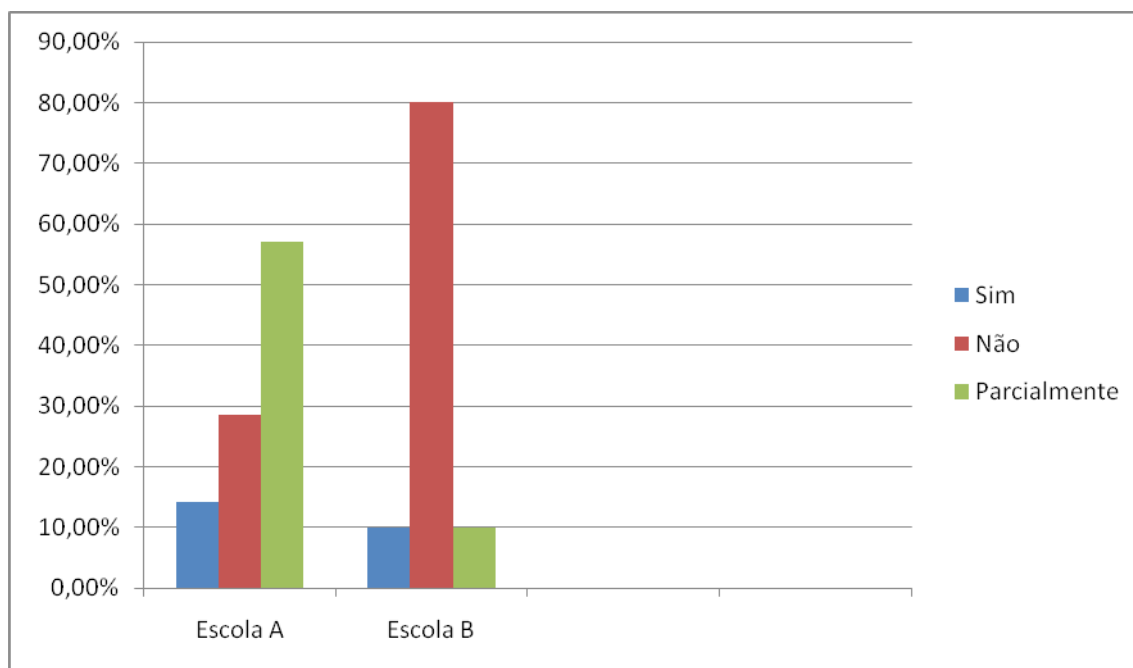


Figura 11 – Participação na Elaboração do PPP na Escola

Ao responder sobre a importância para uma escola ter o Conselho Escolar organizado e ativo, todos os participantes envolvidos na pesquisa acreditam que é importantíssimo para uma escola ter um Conselho Escolar organizado e ativo, pois, de acordo com algumas opiniões, atualmente, tendo em vista as inúmeras atribuições e responsabilidades delegadas às escolas, é fundamental um Conselho Escolar organizado e ativo para trabalhar juntamente com a escola na elaboração de projetos para a aplicação de recursos, bem como participar da tomada de decisões referentes a questões pedagógicas, administrativas. Analisando assim, quando questionados sobre a importância de se ter um CE na escola, percebe-se que 100% os membros envolvidos possuem uma consciência do valor que deveria ser atribuído a esse órgão dentro de uma instituição de ensino, porém, se comparado a resposta com a análise dos gráficos, percebe-se que essa valorização fica mais restrita a concepção de cada um, sendo difícil de difundir na prática, visto que em ambas as escolas pesquisadas os índices revelam que o CE de cada uma não é de todo atuante e fica de fora de várias decisões e acontecimentos que ocorrem nas instituições.

Dentre as respostas dadas ao item acima, 100% dos Conselheiros escolares questionados a respeito do verdadeiro papel do Conselho Escolar em uma escola afirmaram que ele é um grupo de pessoas que deveriam se reunir periodicamente para tomar decisões e discutir sobre assuntos relevantes as escolas, cabendo a ele zelar pela manutenção da mesma e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira. Teem clareza que precisam contribuir com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino, tendo ainda como função delegar sobre assuntos deliberativos, consultivos, fiscais, e mobilizadores, garantindo assim, a gestão democrática nas escolas públicas. Todos, de modo direto ou indireto acreditam que o Conselho Escolar deve ser um parceiro da escola, apoiando e fiscalizando o gerenciamento de todas as ações desenvolvidas por toda a comunidade escolar, possibilitando melhoras significativas na qualidade da educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho monográfico intitulado “A importância do Conselho Escolar na busca de uma gestão democrática e da qualidade do ensino público no município de Constantina - RS” teve como objetivo verificar a participação do Conselho Escolar na aquisição da gestão democrática para a qualificação do ensino público no município.

A partir da coleta de dados feita com os membros dos Conselhos Escolares de duas escolas do município constatou-se que há a presença desse órgão em ambas as instituições, porém o que pode-se perceber é que tanto na escola A quanto na escola B o CE não é tão atuante, deixando de cumprir com suas funções e existindo, em primeiro plano, apenas como forma de se cumprir os tramites legais exigidos pela Lei Municipal Nº. 2.730/2010, a qual institui o Conselho Escolar em todas as escolas da rede municipal de ensino, no município.

Ficou provado através da pesquisa bibliográfica o quão importante é o Conselho Escolar em uma instituição de ensino, pois cabe a ele exercer funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras, ter participação em questões pedagógicas, administrativas e financeiras, como forma de exercício da gestão democrática da educação, garantindo-se a representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, envolvidos na ação educativa, na concepção, execução, controle e avaliação dos processos administrativos pedagógicos, conforme dispõe a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sua Regulamentação pelo Conselho Nacional da Educação e em atendimento as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Constantina.

Dessa maneira, observando-se todos os números obtidos na pesquisa feita em ambas as escolas, com os membros dos Conselhos Escolares pode-se perceber que as duas, tanto a rural quanto a urbana, deixam a desejar em relação a ter uma efetiva participação do CE nas decisões, no andamento das atividades e na busca



da qualificação do ensino. Porém pela disposição de todos na colaboração com a pesquisa, bem como, o interesse pelos resultados e a disposição para melhorar. Nota-se que ambas estão tentando avançar e aperfeiçoar a qualidade de seus CE, pois todos, sem exceções, sabem da importância desse órgão e o poder que ele tem para contribuir com o avanço da nossa educação. Aplicar esse novo conceito de ensino que não é mais responsabilidade apenas do professor e da diretora, mas sim de toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, diretores, gestores, funcionários, entidades, governo, responsáveis), pois já se tem a certeza que é através do trabalho coletivo, da união e envolvimento de todos que se conseguirá o progresso necessário para se atingir a excelência na qualidade do ensino público.

Ao finalizar esse trabalho monográfico fica a clareza que este não é um trabalho acabado, no sentido lato, há muito a ser investigado na direção das discussões acerca da efetiva participação dos Conselhos Escolares na busca de uma escola verdadeiramente democrática e de qualidade. Portanto, essa pode ser o início de muitas outras investigações. Fica também o desejo de ver implementados os conselhos escolares em sua plenitude em no município em questão.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, J. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal.** In: FERREIRA, N.S.C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.* 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, Lei nº. 2896, de 2004, estabelece o Conselho Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

CHAMUSCA, Heitor. **Revista Gestão em Rede.** Agosto/2007. Nº 79.

CONSTANTINA, **LEI MUNICIPAL Nº. 2.730/2010 DE 18 DE MARÇO DE 2010.** Institui o Conselho Escolar em todas as escolas que integram a rede pública municipal de Ensino de Constantina.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Capítulo da educação.

CURRY, R. J. **O conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática.** 1988.

DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. (org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Naura Syria Carrapeto. Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. In: RANGEL, Mary. **Supervisão pedagógica: princípios e práticas.** Campinas: Paperus, 2000.

HOUAISS, minidicionário da língua portuguesa. Instituto Antônio Houaiss. 2ª.ed. Objetiva. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE CIDADES. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – Censo Educacional 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindo.Htp?1>> Acesso em 12/07/11.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. **Portaria Ministerial** Nº 2896/2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola:** Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2003.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Série cadernos de gestão. São Paulo, Editora Vozes, 2008.

LÜCK, Heloisa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Série Cadernos de Gestão. Volume I. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCK, H. *et al.* **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico : procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Conselhos Escolares: democratização da Escola e Construção da Cidadania. Caderno 1. Brasília – DF, Novembro de 2004. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ConsesCol1/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ConsesCol1/ce_cad1.pdf)> Acesso em 16/05/11.

OLIVEIRA, D.A.(org.) **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSTANTINA. **Constantina 50 anos**. Constantina. Disponível em <http://www.pmconstantina.com.br> Acesso em 27/07/11.

VEIGA, I.P. (org.) **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: papyrus, 1997.

WEFFORT, Madalena Freire et alii. **Grupo; indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1994.

## **APÊNDICES**

## ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO

**Caracterização do segmento de profissionais que atuam no Conselho Escolar:**

Diretor       Professor       Funcionário       Pai/mãe       aluno

1-Como membro, você acha importante a função do Conselho Escolar na escola?

sim                       não                       não sei

2-O conselho da escola tem normas de funcionamento conhecidas por todos os membros do Conselho?

sim                       não

3-Os conselheiros recebem esclarecimentos para exercerem sua função?

sim                       não

4-O Conselho Escolar tem a disposição informações sobre a escola para que possa tomar as decisões necessárias?

sim                       não

5-O Conselho Escolar se reúne periodicamente para decidir os assuntos de interesse da escola?

cumprindo o calendário (a cada 3 meses)                       a cada 2 meses                       todo mês

cumprindo o calendário e também quando necessário                       raramente se reúne

6-Você costuma estar presente nas reuniões?

sempre que elas acontecem                       às vezes                       nunca freqüenta

7-A escola possui um Projeto Político Pedagógico escrito e, forma de documento?

sim       não       não sei

8-Você conhece o Projeto Político Pedagógico escola?

sim       não       parcialmente

9-Você sabe a finalidade do Projeto Político Pedagógico de uma escola?

sim       não       parcialmente

10-Você participou da elaboração do Projeto Político pedagógico da escola?

sim       não       parcialmente

12-A seu ver é importante para uma escola ter um conselho escolar organizado e ativo? Por

quê?.....

.....

.....

.....

13- Qual é a seu ver o verdadeiro papel do conselho escolar em uma escola?

.....

.....

.....

.....

